

ASSERÇÃO, INFERÊNCIA E RAZÃO

Marcelo Masson Maroldi¹
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO:

Robert Brandom propõe um modelo de interação social no qual defende que as atitudes práticas dos usuários da linguagem instituem os conteúdos semânticos e as normas inferenciais que determinam seus usos. Assim, o que ele descreve é uma prática linguística, caracterizado por asserções, que mostra como as atitudes dos agentes, diante das asserções sendo produzidas e consumidas, devem ser entendidas para que instituem conteúdos inferencialmente articulados. Ademais, Brandom relaciona a prática assertiva e o entendimento inferencial do conteúdo semântico a um paradigma racionalista, sugerindo que os conteúdos que aparecem em asserções são aquilo que podem ser oferecidos ou exigidos, dentro da prática de uso da linguagem, como razões. Considerando estas ideias, o objetivo deste trabalho é desenvolver e relacionar os conceitos de "asserção", "inferência" e "razão", tais como Brandom os compreende.

PALAVRAS-CHAVE: Asserção; Inferência; Razão; Brandom.

ASSERTION, INFERENCE, AND REASON

ABSTRACT:

Robert Brandom proposes a model of social interaction in which the practical attitudes of language users institute the semantic content and the inferential norms that determine their use. Then, he describes a linguistic practice characterized by assertions, that shows how the attitudes of agents, considering the assertions being produced and consumed, should be understood to institute inferentially articulated content. Moreover, Brandom relates the assertive practice and the inferential understanding of semantic content to a rationalist paradigm, suggesting that the contents in assertions are what can be offered or asked, within the practice of language use, as reasons. Considering all that, this paper aims to discuss and relate the concepts of "assertion", "inference" and "reason", such as Brandom understands them.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Contato: marcelomaroldi@yahoo.com.br.

KEYWORDS: Assertion; Inference; Reason; Brandom.

Asserção e inferência

Uma das teses fundamentais de Robert Brandom (1994, 2000, 2002, 2009) é a de que não se pode investigar a semântica ignorando a pragmática, ou seja, é impossível um estudo autônomo dos "significados", em total abstração à avaliação das práticas realizadas pelos usuários da linguagem. De fato, subordinar a semântica à pragmática é defender que os conteúdos semânticos – num sentido amplo que inclui os conteúdos presentes em estados e ações intencionais, como crenças e desejos, e na linguagem pública – são instituídos por aquilo que os agentes fazem. A partir desta ideia, Brandom oferece um modelo de prática social que envolve uma "pragmática normativa" e a uma "semântica inferencial", descrevendo, assim, uma prática de interação social fundada sobre o uso normativo da linguagem que institui conteúdos inferencialmente articulados. Tal modelo, no entanto, depende do entendimento da prática linguística como uma prática assertiva, isto é, aquela na qual as sentenças cumprem o papel de *asserções*.

A asserção é um ato de fala que tem recebido bastante atenção dos filósofos da linguagem contemporâneos, em geral, preocupados em discutir e entender sua importância comunicativa, social e cognitiva. Contudo, lembra Brandom (1983), a asserção nem sempre recebeu tamanha atenção, e foi com o jovem Frege que o panorama começou a se alterar:

He [Frege] does so, analyzing asserting an identity statement on the basis of the inferences it licenses. In particular, in asserting an identity one licenses as truth preserving inter-substitution of the terms of that identity. I regard the suggestion that asserting be explained in terms of inferring as the key to a correct understanding of assertion (BRANDOM, 1983, p. 639).

Para Brandom, tentativas pós-fregeanas de vincular a asserção à inferência foram oferecida por Dewey e pelo segundo Wittgenstein. Ambos teriam tomado o conceito de "inferência" a partir da perspectiva de uma prática social, ou seja, como normas presentes em uma comunidade linguística. Para uma discussão adequada dessa ideia e da proposta de Brandom, é útil uma análise breve de três abordagens populares do papel realizado por uma asserção na linguagem: como um movimento em um jogo definido por regras, como a adição de informação a uma conversação e como o reconhecimento de compromissos.

Diversos teóricos definem a asserção em termos de movimentos válidos em um jogo, por exemplo, Timothy Williamson, que a define como "the speech act, like a game and unlike the act of jumping, is constituted by

rules" (1996, p. 489). Ou seja, uma sentença pode ser asserida se as regras que a autorizam são apropriadas. Caso sejam, o falante tem o direito (possui razões, evidências ou justificativas) a asserir, respeitando tais regras. Assim, as circunstâncias que autorizam a asserção são vistas como as regras do jogo, as condições que especificam se a jogada pode ser realizada. Uma abordagem bem distinta é oferecida por Stalnaker, para quem a asserção deve ser entendida como um ato de fala que pode mudar o contexto da prática linguística. Sua validade não depende de regras, como condições, mas é fundamental considerar seu "efeito essencial": "to change the presuppositions of the participants in the conversation by adding the content of what is asserted to what is presupposed" (STALNAKER, 1999, p. 86).

Ora, se Williamson valoriza os antecedentes usados para que uma sentença seja caracterizada como uma asserção, Stalnaker se preocupa mais com as consequências da sentença declarada. Ambas as abordagens contém ensinamentos importantes, mas elas falham em explicar o papel da asserção, segundo Brandom, uma vez que a compreensão adequada precisa envolver os dois aspectos. De um lado, erram aqueles que se focam exclusivamente no domínio das circunstâncias a partir das quais alguém tem o direito de proferir uma sentença – algumas sentenças podem ter as mesmas circunstâncias de aplicação e consequências diferentes. De outro lado, erram os que identificam a asserção somente com as consequências de sua aplicação – não se pode ignorar as condições para se aplicar conceitos, já que não parece possível saber o que se segue de uma declaração sem saber em quais situações é correto produzi-la. Visando contemplar ambos os aspectos, Brandom inspira-se no modelo de circunstâncias e consequências de Dummett (1981), especificando a asserção a partir de dois usos que correspondem a um conjunto de condições suficientes e de consequências necessárias. Isto é, uma asserção é avaliada a partir de regras, que estabelecem quando ela pode ser corretamente executada, e também por suas consequências, que estabelecem resultados ou expectativas. Portanto, essa sugestão considera tanto o que autoriza uma asserção quanto as suas consequências, como um duplo movimento envolvendo a justificação e o reconhecimento da autoridade dos efeitos da sentença asserida.

Further, we should take account of the interaction of these two normative dimensions into which we have subdivided the undifferentiated notion of assertibility or appropriate assertion by asking also with what other claims the claim in question is incompatible. This structure gives broadly assertibilist semantic theories – those that seek to derive a notion of semantic content directly from the proprieties of use that are the subject matter in the first instance of pragmatics – a great deal more to work with (BRANDOM, 2000, p. 196).

Porém, Brandom propõe entender essa dupla exigência relacionando-a a outra estratégia, também comum, usada para explicar a

asserção: como a aquisição de um compromisso. Searle, por exemplo, afirma:

An assertion is a (very special kind of) commitment to the truth of a proposition (SEARLE, 1969, p. 29).

In making an assertion we take *responsibility* for truth, sincerity, and evidence. And such responsibilities, like commitments in general, have the upward direction to fit. These responsibilities are met only if the world is such that the utterance is true, the speaker is sincere, and the speaker has evidence for the assertion (SEARLE, 2001, pp.175-6).

No entendimento de Brandom, fazer uma asserção é assumir um "compromisso assertivo", o compromisso² com a justificação e o endosso da asserção. Justificar uma asserção é oferecer para ela uma garantia, uma nova asserção que defenda, sustente ou explique a asserção original. Assim, o compromisso assumido com a justificação equivale a mostrar as circunstâncias que autorizam a asserção. Endossar uma asserção é aprová-la, assumindo o compromisso com as suas consequências ou os seus efeitos, seu impacto na conversação. Por conseguinte, a asserção deve ser entendida como a tomada de um compromisso com as condições e as consequências dos conteúdos da sentença, ou seja, o reconhecimento de dois compromissos com os usos daqueles conteúdos. Entender uma sentença como uma asserção é ser capaz de usá-la corretamente, saber as ocasiões em que é adequado empregá-la considerando seus antecedentes e consequentes, a partir dos compromissos assumidos por quem realiza a asserção.

Portanto, Brandom apresenta uma explicação da prática assertiva que envolve a combinação de três componentes – que, como vimos, podem ser encontrados isoladamente em outras explicações do que possa ser uma asserção. A novidade, entretanto, é relacionar essa concepção de asserção a uma semântica inferencialista, a defesa de que o conteúdo expresso pela asserção é determinado por suas relações inferenciais (ou seja, o uso correto de uma asserção depende das *inferências* que constituem seu uso). Então, um inferencialista adota uma semântica funcional explicada a partir do

² Neste artigo, falarei sempre em "compromisso", embora Brandom diferencie "compromisso" de "direito" – correspondendo aos conceitos normativos tradicionais de "obrigação" e "permissão", redefinidos para evitar sua significação histórica e detalhes que não se aplicam à sua teoria. Um "direito", porém, é um tipo especial de "compromisso", de modo que simplificarei a discussão usando simplesmente o conceito de "compromisso". Os interessados na diferença técnica entre "compromisso" e "direito" devem consultar, especialmente, Brandom (1994).

papel desempenhado pelas sentenças em inferências.³ Para ele, a significação não é uma relação direta entre as sentenças e o mundo, mas se constitui pela função que as sentenças desempenham em inferências formais e (principalmente) materiais, no quadro conceitual ao qual a sentença pertence (isto é, em uma comunidade que as reconhece como válidas). Assim, a explicação semântica que Brandom adota depende das relações inferenciais regendo os usos das sentenças. É preciso frisar, contudo, que é a própria prática social que regula tais usos, ao indicar aos usuários da linguagem quais são as relações que eles precisam assumir, quais devem evitar, as incompatibilidades etc., articulando, assim, o conteúdo.

Mas, afinal, qual a relação entre asserção e inferência? Ora, uma sentença é uma asserção se contempla adequadamente os compromissos com as condições e as consequências de uso e se está relacionada a outras sentenças de modo inferencial. A articulação inferencial de asserções é a articulação dos compromissos que se deve assumir ao usar um conteúdo, respeitando as relações conceituais inferenciais (como condições e consequências) estabelecidas pelo uso pública da linguagem na comunidade. Ou seja, as exigências para uma sentença ser tratada como uma asserção – o uso correto de um conteúdo – são determinadas pelo conjunto de compromissos inferencialmente articulados que devem ser assumidos ao produzir uma asserção. A prática assertiva exige, assim, uma harmonia inferencial entre as circunstâncias e as consequências de aplicação das sentenças, uma harmonização inferencial de compromissos. Por isso, assumir o compromisso assertivo é se comprometer com o conteúdo expresso pela asserção e por suas relações, o que exige o domínio prático das inferências envolvendo as sentenças sendo asseridas. Nesse sentido, comprometer-se com um conteúdo é assumir a responsabilidade por ele, tratando-o como articulado por inferências que impõem as condições e as consequências corretas de sua aplicação, a habilidade de usar conteúdos inferencialmente articulados de acordo com o modo como são usados e aceitos pela comunidade. Assim, a asserção é muito mais do que um som, pois carrega consigo as relações inferenciais entre o conteúdo que ela expressa e os demais conteúdos linguísticos (outras sentenças), que os

³ A semântica inferencial de Brandom trata do conteúdo sempre em sua forma proposicional, pois é aquilo que pode servir como premissa ou conclusão de uma inferência. Entretanto, há diversas categorias linguísticas que têm significado, mas, não sendo sentenças, não podem ser explicadas deste mesmo modo. Termos singulares, por exemplo, não são proposições e não se pode inferir diretamente com eles. Assim, mesmo que não apareçam diretamente na prática assertiva, é lícito perguntar: o que são estas expressões subsentenciais? Quais são os requisitos de uso (condições e consequências) para que um termo subsentencial tenha um conteúdo semântico? Brandom responde a esse desafio explicando a função inferencial *indireta* dos termos subsentenciais a partir dos conceitos de "substituição" e "anáfora", que permitem inserir tais termos na explicação inferencialista sentencial (*direta*). Confira Brandom (1994, 2002) para uma explicação completa.

usuários da linguagem devem se comprometer e seguir se querem ser entendidos. Então, a asserção não é analisável fora da articulação inferencial de que participa, da estrutura inferencial que a constitui. Inferência e asserção são “dois lados da mesma moeda” e não podem ser completamente explicadas independentemente uma da outra.

O aspecto social e pragmático da prática assertiva e inferencial

Brandom constrói seu modelo de uso da linguagem considerando tanto o que autoriza quanto o efeito de uma asserção. É preciso saber defendê-la, mostrando as premissas de onde ela foi extraída, e olhar para as suas consequências – o que exige saber na prática quais inferências envolvendo as sentenças e os seus conteúdos são aceitas como corretas. Porém, a asserção ocorre em contextos intersubjetivos e há, assim, um sentido público, social em sua execução. Vejamos, para exemplificar, a justificação de uma asserção. Ela ocorre, na maior parte das vezes, quando solicitada, isto é, se o interlocutor “desafia” o falante, exigindo dele um fundamento para uma declaração dada. Se o interlocutor não conseguir sustentá-la, as consequências daquela declaração injustificada não precisarão ser aceitas. Isso mostra o reconhecimento de uma norma social embutida na dinâmica da conversação: a aceitação de que os agentes linguísticos podem (e costumeiramente o fazem) exigir bases para as asserções produzidas por outros agentes, que precisam ser capazes de apresentá-las. Assim, uma asserção está justificada se os envolvidos na conversação reconhecem a validade da justificação, se eles sabem o que serve ou não serve como uma justificativa apropriada naquele caso (ou seja, se eles entendem o papel da justificação na prática linguística). Analisando de uma perspectiva inferencialista, justificar é ser capaz de articular inferencialmente asserções de maneira que a asserção original seja uma conclusão, isto é, são as próprias relações inferenciais que determinam quais as asserções que justificam outras asserções. Por isso, o entendimento da justificação não é subjetivo, mas depende dos demais usuários da linguagem, de suas práticas que instituem os usos linguísticos. Expandindo esta ideia, podemos dizer que o que torna uma asserção correta é aquilo que a comunidade trata como correto, suas atitudes de aceitarem como válidas ou inválidas determinadas relações inferenciais entre conteúdos, expressos em sentenças. A asserção – a aplicação de um conceito ou o uso de um conteúdo em uma sentença – exige uma autoridade interpessoal porque o que a legitima é o modo como a comunidade está disposta a validar seu uso, considerando as inferências que constituem este uso. Então, a prática assertiva envolve uma dimensão crítica, baseada na adequação normativa, e apresenta uma significação social imprescindível. A asserção é um compromisso que, embora reconhecido individualmente, está sempre inserido em uma perspectiva de avaliação pública, que depende das regras

inferenciais implícitas nas práticas públicas de usos linguísticos da comunidade e que, justamente por isso, lhes confere a autoridade suficiente para ultrapassar o ponto de vista pessoal.

O entendimento das práticas inferenciais que sustentam a validade das asserções – sustentam, de fato, a aplicação de todos os conteúdos semânticos – é possível porque a asserção tem uma dimensão pragmática fundamental. Ora, o uso de um conteúdo em uma asserção é o reconhecimento de compromissos que dependem das inferências que constituem aquele uso. De acordo com a orientação pragmatista de Brandom, tais compromissos devem ser avaliados de acordo com o posicionamento prático dos agentes linguísticos, ou seja, os compromissos são rastreados (e podem ser identificados) a partir daquilo que os agentes efetivamente *fazem* ao utilizar sua linguagem. Assim, explicar o uso de um conteúdo é explicar as inferências que governam aquele uso em uma prática linguística descrita a partir das atitudes de reconhecer e de atribuir compromissos inferenciais, explicitados pelas asserções sendo feitas⁴. E o sentido pragmático da prática assertiva deve ser entendido como a "força" que a asserção tem de alterar a conversação, produzindo reações práticas nos envolvidos, ou seja, o "poder" que a asserção tem de ser a responsável pelas transformações que vão ocorrendo nos compromissos dos envolvidos, refletidas em suas atitudes. Dada essa força pragmática, pode-se usar uma asserção para mudar as atitudes de reconhecimento e de atribuição de compromissos dos usuários da linguagem, alterando suas atitudes diante dos conteúdos sendo expressos (os conteúdos sendo assumidos e atribuídos). Por isso, são as atitudes dos agentes linguísticos, na prática de uso da linguagem, que determinam o que é considerado correto ou incorreto; as atitudes de reconhecer e de atribuir os compromissos embutidos no uso das sentenças determinam como as sentenças devem ser usadas para terem um conteúdo associado a elas. Então, a prática linguística passa a ser vista como um conjunto de atitudes que instituem as inferências que regulam os compromissos sendo preservados e transferidos entre seus membros. Desse modo, "inferência" é o conceito que relaciona a semântica (a estruturação do conteúdo e de seus significados em termos de papéis inferenciais) à pragmática (as considerações relativas ao uso da linguagem e as atitudes de seus usuários), ao autorizar ou desautorizar atitudes inferencialmente relacionadas umas as outras. Ou seja, as atitudes daqueles seres que usam a linguagem indicam quais relações inferenciais entre as sentenças que eles produzem devem ser assumidas ou rejeitadas, articulando, desse modo, o conteúdo como um todo – por isso, o inferencialismo semântico implica em

⁴ Brandom desenvolve extensamente essa ideia como um jogo que ele denomina *scorekeeping*, a descrição detalhada da prática linguística e inferencial aqui discutida, elaborada em termos do reconhecimento e da atribuição dos compromissos envolvidos nos usos de conceitos da comunidade, explicitados através das asserções sendo produzidas no decorrer do jogo.

holismo. É por isso que a semântica depende da pragmática, os compromissos com os usos dos conteúdos são instituídos pela articulação inferencial das próprias práticas sociais, as atitudes de atribuição e de reconhecimento de tais compromissos.

For not only can propositional semantic contents be understood as inferential roles, but proprieties of inference can be made sense of pragmatically, and specifically assertional significance can be understood in terms of them (BRANDOM, 1994, p. 189).

Understanding the content of a speech act or a belief is being able to accord the performance of that speech act or the acquisition of that belief the proper practical significance – knowing how it would change the score in various contexts. Semantic, that is to begin with, inferential, relations are to be understood in terms of this sort of pragmatic scorekeeping (BRANDOM, 2000, pp. 165-6).

A asserção desempenha um papel prático porque seu uso modifica a conversação, afeta a prática linguística ao alterar as atitudes dos participantes diante dos conteúdos que vão sendo apresentados e discutidos. Todo participante da prática linguística, a cada instante, precisa ser capaz de dominar um conjunto de relações inferenciais entre as asserções e que, uma vez assumido, os obriga a fazer alguns movimentos, impede-o de fazer outros, e assim por diante. Todos estes movimentos refletem as regras inferenciais que estão implícitas nas atitudes desempenhadas. Portanto, os usuários da linguagem devem ser capazes de responder praticamente por aqueles conteúdos sendo apresentados na conversação, e que envolvem as normas de uso vigentes naquela comunidade.

Razão

Segundo Sellars (1963; SELLARS, SHARP E BRANDOM, 2007), seres racionais possuem determinadas capacidades que permitem que seus pensamentos, suas ações intencionais e sua linguagem tenham, para eles próprios, um significado, sirvam como *razões* que eles reconhecem e as quais se submetem. O "espaço lógico das razões" é uma estrutura conceitual e de justificação, inferencialmente articulada, estabelecida sobre conteúdos semânticos que funcionam como razões e, dessa maneira, sustentam as práticas consideradas racionais. Seres posicionados em tal espaço, após serem inseridos no cotidiano de uma comunidade linguística, aprendem a responder ao mundo e às experiências internas aplicando conceitos, inserindo suas respostas em uma estrutura conceitual repleta de implicações e incompatibilidades. Aplicar conceitos e dar razões exige entender a rede de inferências possíveis na qual os conceitos estão inseridos, ser capaz de

efetuar corretamente as transições inferenciais válidas com cada conceito, justificando adequadamente tais transições, caso necessário. Assim, essa capacidade se distingue, por exemplo, daquela apresentada por um papagaio treinado a falar "Isto é vermelho" na presença de objetos vermelhos ou de um termostato que emite o som "Está 30°C" quando tal temperatura é atingida. Seres racionais, diferentemente dos papagaios e dos termostatos, apresentam comportamentos linguísticos e não linguísticos amparados na aplicação e na justificação inferencial dos conteúdos conceituais que empregam. Eles estão numa prática especial, bastante complexa, um "jogo de dar e pedir por razões", de justificar e de exigir justificativas.

Uma prática racional, no sentido de seres que assumem uma posição no espaço lógico das razões, é aquela em que se exige e se oferece conteúdos conceituais, entendidos como razões, para os comportamentos (inclusive linguísticos) e estados como crenças, intenções e pensamentos. É uma prática em que se justifica e se assume consequências para os empregos de conteúdos. Assim, o jogo racional é a própria articulação das razões, saber quando um conteúdo pode ser adequadamente empregado como uma razão. Ora, como o espaço lógico das razões demanda justificativas e impõe consequências, exigindo uma articulação inferencial, está montada a base para a explicação de Brandom da prática assertiva como uma prática de dar e pedir por razões. Isto é, a prática assertiva e o jogo das razões têm a mesma estrutura. Então, a asserção pode ser vista como um movimento da linguagem que exige uma razão e, ao mesmo tempo, ela própria serve como uma razão. Em síntese: a asserção é aquilo que os usuários da linguagem podem aceitar ou oferecer como razões.

Na prática assertiva, quem produz uma asserção deve compreender o que a justifica e quais outras asserções aquela asserção original produzida pode justificar. A prática racional, por sua vez, envolve a habilidade de defender as razões dadas e de compreender as suas consequências, entender o que pode servir como uma razão. Assim, sustentar uma razão (asserção) é saber quais outras razões (asserções) a autorizam. Compreender as consequências de uma razão (asserção) é compreender quais outras razões (asserções) aquela razão (asserção) justifica. Portanto, falar de razões ou de asserções é falar em uma habilidade única, a de se engajar em uma prática reconhecendo as relações inferenciais entre os conteúdos, oferecidos em asserções como razões; dito de outro modo: é a capacidade de dominar o uso de conteúdos inferencialmente articulados que podem ser oferecidos em asserções e, desse modo, possam cumprir o papel de razões. Assim, quando se declara uma sentença com as exigências antes apresentadas para que ela seja considerada uma asserção ela toma o sentido de uma razão, aquilo que os usuários da linguagem podem aceitar ou oferecer como razões para as suas práticas consideradas racionais. Portanto, a prática racional é a prática que oferece razões, como resultados de inferências, comunicadas na forma de asserções. Por isso, "inferência", "asserção" e "razão" são conceitos

primos que mostram diferentes aspectos de uma mesma prática. O que Brandom faz, então, é explicar a prática assertiva como uma prática de dar e pedir por razões, ou seja, associar a prática linguística e inferencial a um entendimento racionalista do uso de conceitos.

Evidentemente, outros modelos de uso da linguagem podem envolver as ideias de justificação e de consequência. Porém, ao vincular o entendimento da asserção ao jogo de dar e pedir por razões, Brandom está mostrando que a prática assertiva precisa se relacionar à capacidade de articular inferencialmente os conteúdos, como razões que podem vir a ser oferecidas e requisitadas em condutas racionalizáveis. Examinar a relação entre asserção e inferência, então, é reafirmar as características do espaço lógico das razões, como o espaço onde ocorrem a justificação e o endosso das sentenças inferencialmente articuladas que o constituem. Portanto, o modelo de asserção aqui tratado, na verdade, é um desenvolvimento do "funcionamento" do espaço das razões em termos linguísticos, ou seja, a descrição de uma prática assertiva especificada como uma prática de administrar razões. Por isso, a explicação da prática assertiva de Brandom expande o sentido dado por Sellars do que seja estar em uma posição no espaço das razões. Para Brandom, ocupar uma posição neste espaço é dominar as relações inferenciais entre conteúdos, que podem vir a ser expressos em asserções. É assumir compromissos inferenciais que, uma vez assumidos, permitem que uma asserção tenha um conteúdo articulado segundo as práticas da comunidade, e possa ser, dessa forma, tratada como uma razão. A asserção estabelece, assim, a tomada de uma posição dentro da prática racional, e Brandom mostra como uma prática linguística pode dar sentido à noção originalmente pensada por Sellars de dar e pedir por razões. Fazer uma asserção e inferir conteúdos fazem parte do jogo das razões. Portanto, ser racional, em um sentido linguístico, é usar sentenças que expressem conteúdos, instituídos pelas ações de seres engajados em certos usos de conceitos e das normas inferenciais que os governam. Em um sentido epistemológico, ser racional é estar no espaço lógico das razões, ser capaz de exigir e oferecer conteúdos que cumpram o papel de razões. Num sentido semântico, ser racional consiste em dominar as práticas e os papéis inferenciais que articulam o conteúdo conceitual dos dois primeiros sentidos. Estas são maneiras de enxergar a mesma concepção de prática social, evidenciando a centralidade do conceito de "inferência" para o entendimento da pragmática, da semântica e da epistemologia de Brandom.

Conclusão

A explicação de Brandom da prática assertiva envolve a adoção de compromissos com as condições e as consequências da aplicação de conteúdos conceituais. Isto é, uma asserção é o reconhecimento de um compromisso com o uso de uma sentença e depende das inferências que

constituem tal uso, tanto para justificar como para extrair suas consequências. Outro modo de entender a prática assertiva é entendê-la como um jogo de dar e pedir por razões. O jogo assertivo e o jogo das razões nos obrigam a fazer alguns movimentos, impedem-nos de fazer outros, e assim por diante. Estes movimentos respeitam regras, que são as propriedades inferenciais presente no uso que a comunidade trata como o uso correto dos conceitos. Assim, performances linguísticas que contam como tendo conteúdos inferencialmente articulados podem ser vista como racionais, são performances em que as asserções podem ser oferecidas como razões. Conclui-se, assim, que a capacidade de participar de práticas linguísticas e racionais só é possível para criaturas que tenham a habilidade de dominar as relações inferenciais entre conteúdos, que tenham a capacidade de fazer inferências. Um papagaio pode perfeitamente produzir a sentença "O céu é azul", mas não a asserção "O céu é azul", uma vez que ele não assume quaisquer compromissos conceituais com o som que produziu por ser incapaz de compreender o envolvimento inferencial dos conteúdos que o compõem, compreender que aquele som está inserido em uma estrutura de compromissos constituídos socialmente e que, por estar inserido nessa estrutura, pode servir como uma razão. Por isso, a asserção é a forma "padrão" do discurso cognitivo e qualquer movimento linguístico que envolva conteúdos conceituais só deve ser aceito mediante o reconhecimento de sua articulação inferencial.

Referências Bibliográficas

- BRANDOM, Robert. *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- _____. *Asserting*. *Noûs*, 17, p. 637–650, 1983.
- _____. *Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- _____. *Reason in Philosophy: Animating ideas*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- _____. *Tales of Mighty Dead: Historical Essays in the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.
- DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.
- SEARLE, John. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____. *Rationality in Action*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.
- SELLARS, Wilfrid. *Science, Perception and Reality*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.
- SELLARS, Wilfrid; SHARP, Kevin; BRANDOM, Robert. *In the space of reasons: Selected essays of Wilfrid Sellars*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

STALNAKER, Robert. *Context and Content*. Oxford University Press, Oxford, 1999.
WILLIAMSON, Timothy. Knowing and asserting. *Philosophical Review*, 105, p. 489-523, 1996.